



CARTA AOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR

No dia 6 de outubro será realizada, em todo o País, a eleição para o cargo de conselheiro tutelar. Criados a partir dos anos 90, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é um órgão paritário, permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e composto por membros da sociedade civil eleitos pela população (cada cidade possui um edital com regras que variam de acordo com a realidade local).

Ao todo, o município do Rio de Janeiro tem 19 conselhos tutelares espalhados pela cidade, além dos conselhos nas demais regiões do estado. Cada Conselho Tutelar é formado por um grupo de cinco pessoas, eleitas pela população local, para um mandato de quatro

anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha. Podem votar todas as pessoas que já tiverem completado 16 anos de idade. As eleições são organizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), outro organismo paritário que conta com a participação de representantes da sociedade civil.

A eleição para o Conselho Tutelar é muito importante e cabe à sociedade organizada, incluindo os sindicatos, fortalecer e garantir a pluralidade de ideias e o debate em torno das candidaturas, principalmente tendo em vista a complexidade da sociedade no estado do Rio. Não podemos permitir que esse espaço seja dominado por grupos com uma única linha de pensamento.

CONHEÇA AS PROPOSTAS DO SEPE

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação-RJ (Sepe-RJ) orienta os profissionais de educação e os demais segmentos da comunidade escolar a apoiarem as candidaturas identificadas com a nossa atuação junto às escolas públicas estadual e municipais do Rio de Janeiro. Os nossos principais eixos de luta são:

- Defesa do ensino público de qualidade;
- Defesa do fortalecimento do EJA;
- A favor da descentralização das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas;
- Contra o projeto "Escola Sem Partido";
- Contra a diminuição da maioria penal;

- Contra o aumento do tempo de internação do adolescente;
- Contra o desmonte do sistema de proteção integral das crianças e adolescentes;
- Contra o rebaixamento da legislação de proteção integral das crianças e adolescentes.
- Contra o fechamento de turmas, turnos e escolas;
- Fim das ações policiais em horário de entrada e saída de estudantes;
- Contra o machismo, racismo e a homofobia e contra qualquer forma de discriminação.